



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PROMOCIONAIS E DE DIVULGAÇÃO EM FORMATO
OUTDOOR**

PROC. 87/2022_CMA

Consulta Prévia

CADERNO DE ENCARGOS



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação

ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS CONTRATUAIS GERAIS	4
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	4
CLÁUSULA 1.^a (Objeto)	4
CLÁUSULA 2.^a (Contrato).....	4
CLÁUSULA 3.^a (Duração)	5
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS.....	5
CLÁUSULA 4.^a (Principais obrigações do prestador de serviços)	5
CLÁUSULA 5.^a (Patentes, licenças e marcas registadas)	6
CLÁUSULA 6.^a (Dever de informação).....	6
CLÁUSULA 7.^a (Objeto do dever de sigilo)	6
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALENQUER.....	7
CLÁUSULA 8.^a (Principais obrigações do município de Alenquer)	7
CLÁUSULA 9.^a (Preço base).....	7
CLÁUSULA 10.^a (Preço contratual).....	7
CLÁUSULA 11.^a (Condições de pagamento)	8
CAPÍTULO III - INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO	8
CLÁUSULA 12.^a (Sanções contratuais)	8
CLÁUSULA 13.^a (Força maior)	8
CLÁUSULA 14.^a (Resolução do contrato)	9
CAPÍTULO IV - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	11
CLÁUSULA 17.^a (Foro competente)	11
CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS	11
CLÁUSULA 18.^a (Subcontratação e cessão da posição contratual)	11
CLÁUSULA 19.^a (Comunicações e notificações)	11



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação

CLÁUSULA 20.^a (Contagem dos prazos)	11
CLÁUSULA 21.^a (Legislação aplicável)	12
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS	12
CLÁUSULA 22.^a (Especificação do serviço)	12



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação

PARTE I - CLÁUSULAS CONTRATUAIS GERAIS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.^a (Objeto)

- 1 - O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, por consulta prévia, que tem por objeto principal **a aquisição de serviços promocionais e de divulgação em formato outdoor**, de acordo com as condições previstas no presente caderno de encargos;
- 2 - À presente prestação de serviços corresponde a categoria 79340000-9 *Serviços de publicidade e marketing*, conforme o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007 que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), e as Diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho 2004/17/CE e 2004/18/CE, relativas aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV.

CLÁUSULA 2.^a (Contrato)

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro,



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação

na sua atual redação, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 3.ª (Duração)

1- O contrato a celebrar entrará em vigor no primeiro dia útil seguinte à data da aposição da última assinatura da outorga de contrato e manter-se-á em vigor pelo período de 36 (trinta e seis) meses, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2- O contrato pode cessar, sem lugar a indemnização, antes do prazo mencionado no número anterior, por parte de qualquer uma das partes, com a comunicação prévia 60 dias.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

CLÁUSULA 4.ª (Principais obrigações do prestador de serviços)

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações:

- a) Prestar os serviços, nos termos e condições constantes da **cláusula 20.ª do presente caderno de encargos**.
- b) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- a) Comunicar antecipadamente ao Município de Alenquer, logo que tenha conhecimento de qualquer facto que torne, total ou parcialmente, impossível a prestação de serviços ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- b) Manter sigilo e garantir confidencialidade.
- c) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação

3 – O prestador de serviços é ainda responsável pela qualidade técnica do serviço prestado, correndo por sua conta a reparação de danos e prejuízos causados pela sua falta.

CLÁUSULA 5.^a (Patentes, licenças e marcas registradas)

1 – São da responsabilidade do prestador de serviços quaisquer custos ou encargos decorrentes da incorporação no objeto contratual, ou da utilização no mesmo, de elementos de construção, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.

2 – Caso o Município de Alenquer venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o prestador de serviços indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

CLÁUSULA 6.^a (Dever de informação)

1 – O prestador de serviços deve informar, de imediato, o Município de Alenquer de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.

2 – O prestador de serviços deve avisar o Município de Alenquer de quaisquer circunstâncias, constituam ou não casos fortuitos ou de força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento, ou o cumprimento tempestivo, de qualquer uma das suas obrigações.

3 – O prestador de serviços deve ainda informar do tempo e da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato e, quando sejam possíveis, das diligências que realizou, ou realizará, para obviar a esse facto.

CLÁUSULA 7.^a (Objeto do dever de sigilo)

1 – O prestador de serviços garantirá o sigilo quanto a informações e documentação de que ele próprio, os seus técnicos e demais colaboradores venham a ter conhecimento e relacionadas com a atividade do Município de Alenquer.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação

3 – Excluem-se do dever de sigilo as informações e a documentação comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALENQUER

CLÁUSULA 8.^a (Principais obrigações do município de Alenquer)

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações, previstas em legislação, da celebração do contrato decorrem para o Município de Alenquer a obrigação de conceção das artes finais e/ou maquete.
- 2 – O Município de Alenquer fica ainda obrigado nomear um gestor de contrato, o qual ficará responsável por centralizar todas as comunicações entre ambas as partes.

CLÁUSULA 9.^a (Preço base)

- 1 - O preço base é o preço máximo que o Município de Alenquer se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.
- 2 - O preço base fixado para a presente prestação de serviços objeto do contrato é de **€74.900,00€** (setenta e quatro mil e novecentos euros), acrescidos do IVA à taxa em vigor.

CLÁUSULA 10.^a (Preço contratual)

- 1 - Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como, pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Alenquer deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada.
- 2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alenquer (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação

CLÁUSULA 11.^a (Condições de pagamento)

- 1 - A quantia devida pelo Município de Alenquer, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo Município de Alenquer das respetivas faturas ou documentos equivalentes, os quais só podem ser emitidos após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2 - Em caso de discordância por parte do Município de Alenquer quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida;
- 3 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

CAPÍTULO III - INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 12.^a (Sanções contratuais)

- 1 - Pelo incumprimento das obrigações contratuais decorrentes do presente contrato, o Município de Alenquer, pode aplicar uma sanção, de natureza pecuniária, no valor de 5% (cinco) do preço contratual, por cada uma das obrigações em atraso, sem prejuízo do direito de resolução do contrato.
- 2 - Os valores das sanções pecuniárias, previstas no número anterior, são deduzidas aos pagamentos devidos pelo Município de Alenquer, ao abrigo do contrato.
- 3 – Em caso de resolução do contrato, a título sancionatório, por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Alenquer pode exigir uma indemnização pelo dano excedente, nos termos do artigo 333.º do CCP.

CLÁUSULA 13.^a (Força maior)

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 14.^a (Resolução do contrato)

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contrato cessa:

- a) Por impossibilidade definitiva por de uma das partes;
- b) Por caducidade, revogação ou resolução;
- c) Nos demais casos, legal ou contratualmente previstos, ou impostos pelos competentes organismos oficiais;



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação

d) Por impossibilidade objetiva permanente, não imputável a qualquer das partes, de fazer a prestação de serviços, podendo, neste caso, proceder-se à modificação do contrato, nos termos do artigo 311.º do CCP;

2 – O direito à resolução do contrato poderá ser exercido por ambas as partes nos termos do presente caderno de encargos e do CCP.

3 – O Município de Alenquer pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentado, designadamente na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, e ainda, a título sancionatório, nos termos previstos nos artigos 333.º, 334.º e 335.º do CCP.

4 – O prestador de serviços tem direito de resolver o contrato por alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, incumprimento definitivo do contrato, por facto imputável ao Município de Alenquer e por incumprimento por este, de decisões judiciais respeitantes ao presente contrato.

5 – A fixação e o pagamento de indemnizações devidas ao prestador de serviços depende sempre de requerimento apresentado por este, na sua qualidade de interessado, acompanhando-o dos respetivos elementos justificativos, num prazo não superior a oito dias, a contar da verificação do facto que lhe deu origem.

6 - O direito de resolução referido nos números anteriores exerce-se mediante declaração enviada à contraparte e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Alenquer.

CAPÍTULO IV - CAUÇÃO E SEGUROS

CLÁUSULA 15.ª (Caução)

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não é obrigatória a prestação de caução no âmbito do presente contrato.

CLÁUSULA 16.ª (Seguros)

1 - É da responsabilidade do cocontratante a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes ao fornecimento e entrega dos bens objeto do contrato.

2 - O Município de Alenquer pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos referidos no número anterior, devendo o cocontratante exhibir a mesma no prazo de 5 (cinco) dias.



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação

CAPÍTULO IV - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

CLÁUSULA 17.^a (Foro competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 18.^a (Subcontratação e cessão da posição contratual)

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 19.^a (Comunicações e notificações)

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
- 3 - Relativamente às comunicações e notificações efetuadas entre as partes nos termos do número 1, reserva-se o direito à contraparte de aceitar ou não o conteúdo das mesmas.

CLÁUSULA 20.^a (Contagem dos prazos)

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação

CLÁUSULA 21.^a (Legislação aplicável)

Tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos, o contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislações específicas aplicáveis.

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 22.^a (Especificação do serviço)

1 – A prestação do serviço objeto do contrato a celebrar deverá ser realizada, nos seguintes termos e condições:

Impressão e aplicação de lonas, de acordo com as dimensões e quantidades requisitadas, nos locais a indicar pelo município de Alenquer (4*3/ 6*3/ 8*3)

- a) Produção de lonas m2
- b) Aplicação de lonas 4x3m
- c) Aplicação de lonas de 6x3m
- d) Aplicação de lonas de 8x3m

2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como, ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3 – O prestador de serviços é ainda responsável pela qualidade técnica do serviço prestado, correndo por sua conta a reparação de danos e prejuízos causados pela sua falta.